



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A AMAZÔNIA A PARTIR DA VOZ DE MULHERES DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE



Colômbia

Sumário

Introdução	1
A Amazônia colombiana	3
Putumayo: tráfico de drogas e dinâmicas de conflitos persistentes	5
Guaviare: disputas por Terras Indígenas protegidas	7
Meta: a porta de entrada para o desmatamento na Amazônia.....	8
Caquetá: trauma e histórico de violência como resultado do conflito armado.....	9
A Amazônia profunda: os estados de Amazonas, Vaupés, Guainía e Vichada.....	10
Metodologia	11
Os desafios pelo olhar das defensoras	12
Atividades econômicas legais e ilegais causam danos ambientais, espirituais e sociais.....	12
Tornar-se defensora: um legado da violência e do trauma.....	15
Dinâmicas de gênero complexas	17
Soluções possíveis	19
Solidariedade comunitária e empoderamento	19
Educação ambiental	20
Chamando a atenção do mundo para a mitigação das mudanças climáticas.....	21
Referências bibliográficas	22
Notas de fim	24

Introdução

Em um país marcado por um pesado histórico de violência, as mulheres colombianas engajadas na proteção dos direitos humanos e do meio ambiente em suas comunidades são fundamentais para estabelecer uma paz duradoura. No entanto, como a Colômbia é um dos países mais perigosos do mundo para ativistas ambientais e de direitos humanos, o medo pela própria segurança¹ é a mensagem central das mulheres das áreas rurais da Amazônia colombiana entrevistadas pelo Instituto Igarapé no âmbito deste estudo. O objetivo deste projeto é analisar as experiências, os desafios e as realizações dessas defensoras, que enfrentam diversos atores, incluindo governo, empresas de mineração e de combustíveis fósseis, além do agronegócio, em sua missão de proteger o território e combater as mudanças climáticas.

Devido ao aumento do desmatamento, acredita-se que a Amazônia esteja se aproximando de um ponto de inflexão crítico. Ultrapassado esse limite, a degradação contínua desse ecossistema poderia acelerar as mudanças climáticas em nível global.² Nas áreas de risco climático e destruição ambiental, as condições que ameaçam a paz e a segurança também se exacerbam.³ Na Colômbia, o Instituto Sinchi de Pesquisa Científica da Amazônia identificou 27 macro conflitos ambientais (ativos no momento em que o relatório foi divulgado, em abril de 2024), relacionados a discrepâncias ou controvérsias entre diferentes atores. Os conflitos se concentram principalmente no acesso, distribuição, gestão, uso e/ou avaliação dos recursos naturais e suas contribuições em um espaço e tempo específico.⁴

Mulheres e organizações de mulheres que atuam na Amazônia colombiana têm um papel crucial na mitigação das mudanças climáticas. Entretanto, as iniciativas focadas na proteção do bioma amazônico lideradas por mulheres recebem pouca atenção e apoio econômico limitado. Sem mencionar o fato de que essas mulheres estão expostas a múltiplas formas de violência, muitas vezes invisíveis, devido a seu ativismo, juntamente com os riscos associados ao crime organizado e ao prolongado conflito armado que ocorre no país. Esta pesquisa foi motivada pela necessidade de amplificar as vozes das defensoras colombianas, que são fundamentais para combater a crise climática atual, mas que são muitas vezes negligenciadas ou subestimadas por seus pares. A seguir, conheça os principais achados deste estudo:

- Os habitantes da Amazônia possuem uma conexão espiritual e social com o bioma. Assim, a presença de indústrias extrativistas, tanto legais quanto ilegais, pode causar danos ambientais significativos e impactar negativamente o bem-estar espiritual e social das comunidades colombianas. Uma defensora entrevistada para o projeto destacou a importância, para ela e outros membros da comunidade indígena, do livre acesso às áreas florestais de Putumayo. As recentes restrições de acesso a essa região afetaram sua conexão com o território, considerado parte integral da identidade indígena. O envolvimento de alguns indígenas nessas atividades econômicas ameaça esgarçar o tecido social e a coesão comunitária, pois adultos e jovens são instruídos a dedicar longas horas ao trabalho e isso contribui para distanciar esses indivíduos de suas comunidades, enfraquecendo sua ligação espiritual com o território e, o que é ainda pior, contribuindo para o aumento da violência interpessoal.
- Embora mulheres e organizações femininas que atuam na Amazônia tenham um papel importante na mitigação das mudanças climáticas, as defensoras que participaram deste projeto encaram as atividades de combate às mudanças climáticas como parte de sua rotina diária, contribuindo para melhorar sua renda e proteger sua família e território. Algumas reconheceram que as mudanças climáticas afetam ou afetarão suas comunidades no futuro, mas a maioria é motivada por questões locais e não por um desejo de combater as mudanças climáticas com suas ações.
- A presença constante de grupos armados, incluindo forças militares, organizações do crime organizado e grupos insurgentes, incluindo as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), deixou marcas profundas nas áreas rurais da Colômbia, onde a violência era uma realidade cotidiana. Quase todas as mulheres entrevistadas tinham uma história para contar sobre um amigo, membro da família ou conhecido que desapareceu ou foi morto durante o conflito armado no país. Muitas admitiram que esse período influenciou fortemente seu trabalho como ativista e que ajudar a construir a paz no campo tornou-se um objetivo para várias delas.
- Embora o acordo de paz, firmado em 2016, tenha de fato reduzido os confrontos com grupos insurgentes, ameaças e vulnerabilidades ainda persistem no território, mesmo após importantes mudanças. Em muitos aspectos, as defensoras desafiam os papéis de gênero tradicionais e assumem um protagonismo político. Como consequência, elas muitas vezes enfrentam ameaças de pessoas conhecidas, especialmente homens. Por isso, elas hesitam em se identificar publicamente como defensoras dos direitos humanos e ambientais. Isso vale principalmente quando elas participam de reuniões comunitárias mistas, em vez de grupos exclusivamente de mulheres.

Nesta pesquisa, adotamos uma metodologia participativa centrada em grupos de discussão e entrevistas com informantes-chave. Essas atividades fundamentais da nossa pesquisa foram desenvolvidas em colaboração com duas defensoras ativas nos estados de Caquetá, Guaviare, Meta e Putumayo. Ao todo, realizamos cinco grupos de discussão e nove entrevistas.

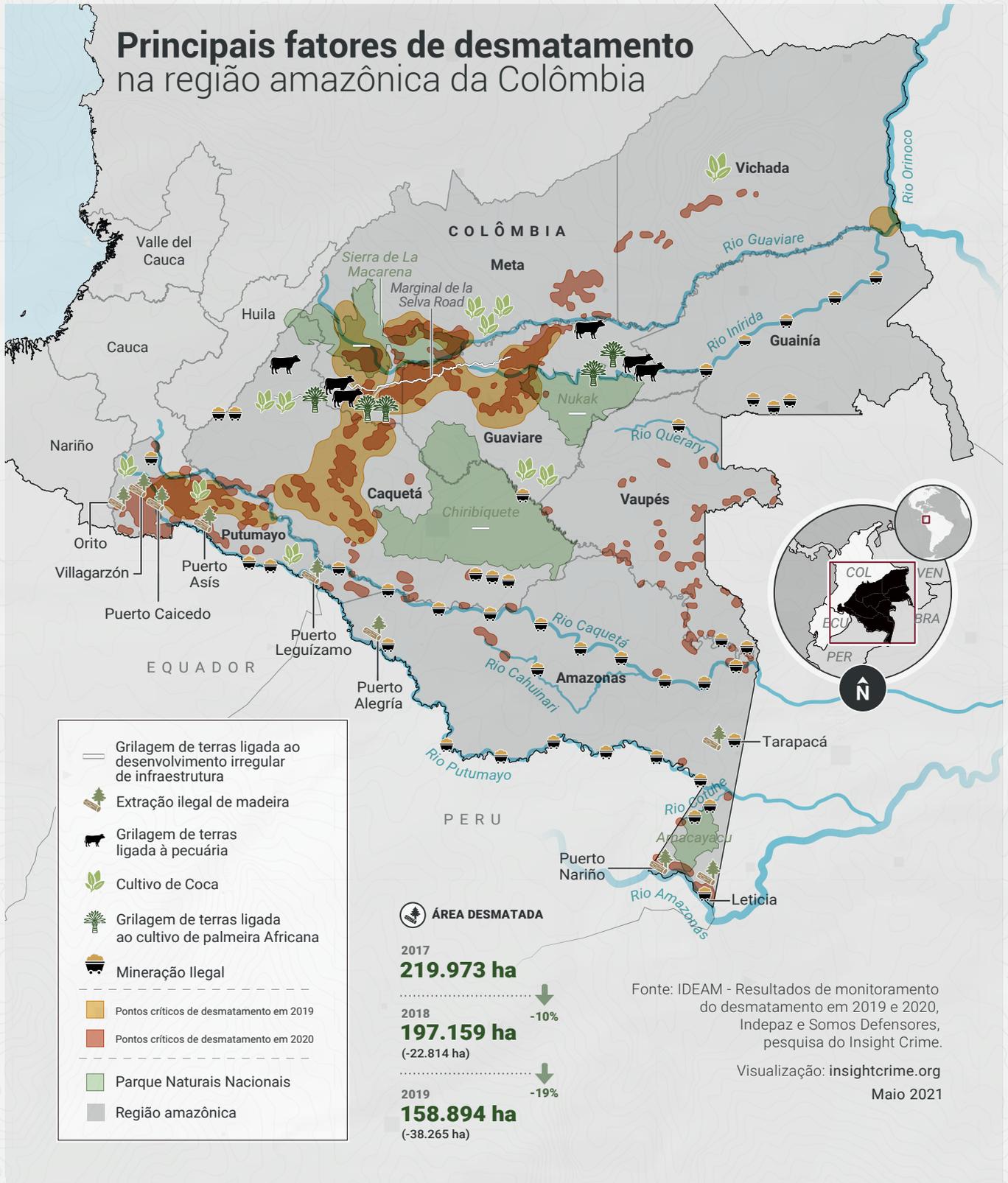
O estudo está estruturado em quatro partes. A primeira apresenta uma visão geral das principais dinâmicas de conflito presentes nos estados da Amazônia colombiana onde a pesquisa foi realizada. A segunda parte explica a metodologia empregada no estudo. A terceira parte aborda os desafios identificados pelas defensoras entrevistadas e/ou que participaram dos grupos de discussão. Finalmente, a quarta parte propõe recomendações que visam fortalecer a proteção do território e melhorar as condições de vida das mulheres colombianas, reconhecendo sua importância na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos, bem como seu papel essencial no combate às mudanças climáticas globais.

A Amazônia colombiana

A Colômbia, um dos países com mais biodiversidade do planeta, possui desde florestas tropicais e desertos até vastas savanas e ecossistemas montanhosos.⁵ Infelizmente, o país também se tornou cenário de vários crimes ambientais, que se intensificaram após o término oficial do conflito armado com as FARC em 2016: “A grilagem de terras e a pecuária extensiva se tornaram sérias ameaças às florestas, e muitas vezes se sobrepõem, tirando vantagem da incerteza jurídica relativa à posse de terras na Amazônia – região que responde por 58% do desmatamento nacional ao longo dos últimos 21 anos”.⁶

A região sudeste da Colômbia faz parte da bacia Amazônica e suas exuberantes florestas historicamente estiveram fora do controle do Estado, funcionando como refúgios e áreas de atuação para grupos armados paramilitares. O dano ambiental se apresenta de diversas formas e vem avançando sobre partes cada vez mais remotas da Amazônia colombiana. Além da extração ilegal de madeira, uma das atividades mais nocivas é a mineração ilegal, especialmente de ouro, pois ela se concentra nos depósitos aluviais e acontece em muitos rios colombianos. A mineração ilegal dissemina substâncias perigosas como o mercúrio e também está associada ao crescimento de problemas sociais e de saúde da população. Com o aumento da exploração de ouro aluvial no país,⁷ as características do dano ecológico e os fatores que agravam esse problema diferem ao longo da região.

Figura 1. Principais fatores de desmatamento na região amazônica da Colômbia



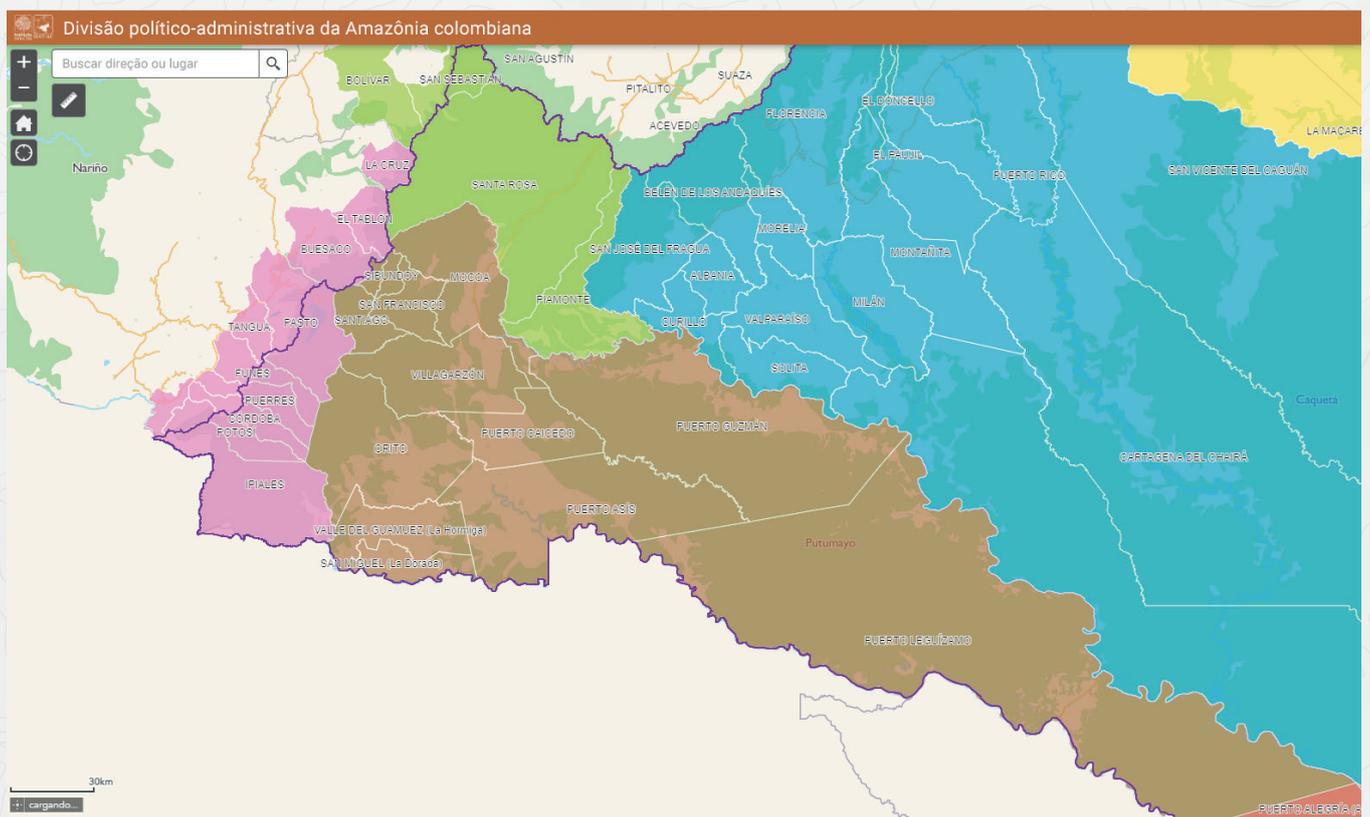
Fonte: Insight Crime e Instituto Igarapé (2021).⁸

Para este estudo, foram consideradas cinco áreas de interesse: Putumayo (incluindo as sub-regiões de Cauca e Nariño), Guaviare, Caquetá, as regiões amazônicas de Meta e Vichada e um conjunto de áreas da Amazônia profunda nos estados de Amazonas, Vaupés, Guainía e Vichada. Foram organizados grupos de discussão em Putumayo, Guaviare, Meta e Caquetá. Estes estados foram selecionados devido à presença de zonas críticas de desmatamento, fatores impulsionadores de crimes ambientais (como a pecuária extensiva, mineração e a presença de cultivos ilícitos), grupos criminosos armados e coletivos de mulheres defensoras. Cada uma das áreas de interesse é descrita em detalhes a seguir.

Putumayo: tráfico de drogas e dinâmicas de conflitos persistentes

Esta região abrange todo o território do departamento de Putumayo e algumas porções territoriais dos municípios dos departamentos de Cauca e Nariño, todos localizados na Amazônia Colombiana (Figura 2).

Figura 2. Região amazônica de Putumayo, a leste de Nariño e ao sul de Cauca



Fonte: Sinchi - [SIAT-AC Sistema de Información Ambiental Territorial de la Amazonia Colombiana.](#)

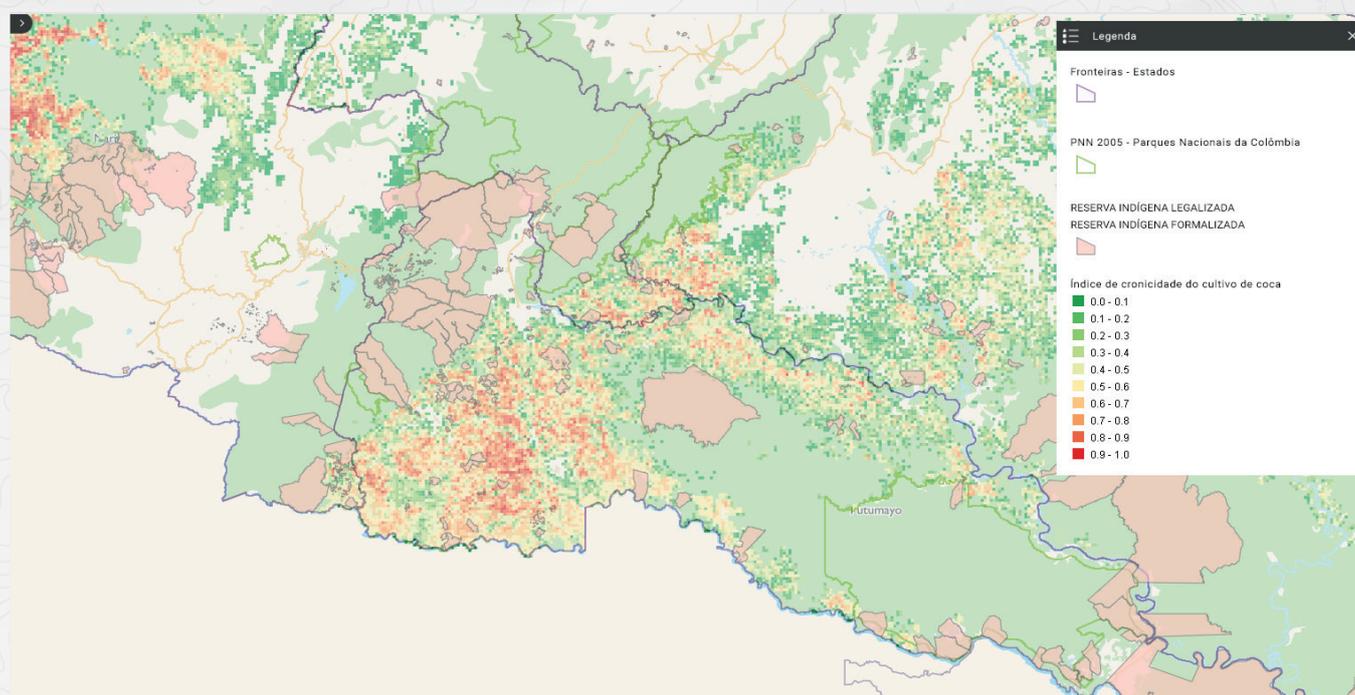
Em rosa, as áreas de municípios de Nariño; em amarelo, os municípios de Cauca; e em marrom o estado de Putumayo.

O Sistema de Informação sobre Eventos de Violência no Conflito Armado Colombiano (SIEVCAC), do Centro Nacional de Memória Histórica,⁹ relatou quase 11.000 conflitos e 12.000 mortes desde o início dos anos 1980 até 2021.¹⁰ Putumayo é considerado o terceiro estado amazônico em termos de número de conflitos, seguido por Meta e Caquetá. A região abrigava uma Zona de Transição e Normalização, mais conhecida pela sigla ZVTN, do espanhol Zonas Veredales de Transición y Normalización,¹¹ no município de Puerto Asis, em Putumayo.

A região apresenta uma sobreposição de atividades legais e ilegais, que são grandes fontes de pressões ambientais e conflitos, particularmente no contexto da mineração legal e ilegal e da exploração de hidrocarbonetos. Essas são as principais fontes de vários conflitos socioambientais. Um exemplo de conflito impulsionado por esses fatores é a disputa sobre a mineração de cobre e outros minerais na bacia do alto rio Mocoa.¹² Várias empresas nacionais e internacionais com atividades exploratórias na área estão encontrando forte oposição das comunidades locais e das autoridades municipais. Outros exemplos incluem a poluição da água por petróleo e glifosato no corredor de Puerto Vega-Teteyé,¹³ e a mineração ilegal na região do Macizo Colombiano, incluindo a região sul de Cauca e o norte de Nariño.¹⁴

A região também se destaca por uma concentração muito alta de cultivo de drogas perto de reservas indígenas e áreas protegidas. Putumayo experimentou níveis elevados de violência após o acordo de paz, principalmente devido a grupos vinculados a ex-guerrilheiros e organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas e à mineração ilegal.¹⁵

Figura 3. Cultivo de coca, áreas de proteção e reservas indígenas em Putumayo



Fonte: Mapa elaborado utilizando a plataforma Colombia en Mapas,¹⁶ incluindo o Índice de Cronificação do Cultivo de Coca da UNODC, que reflete a presença de plantações de coca no território em comparação com as estratégias de interdição na região de Putumayo e nos estados vizinhos.

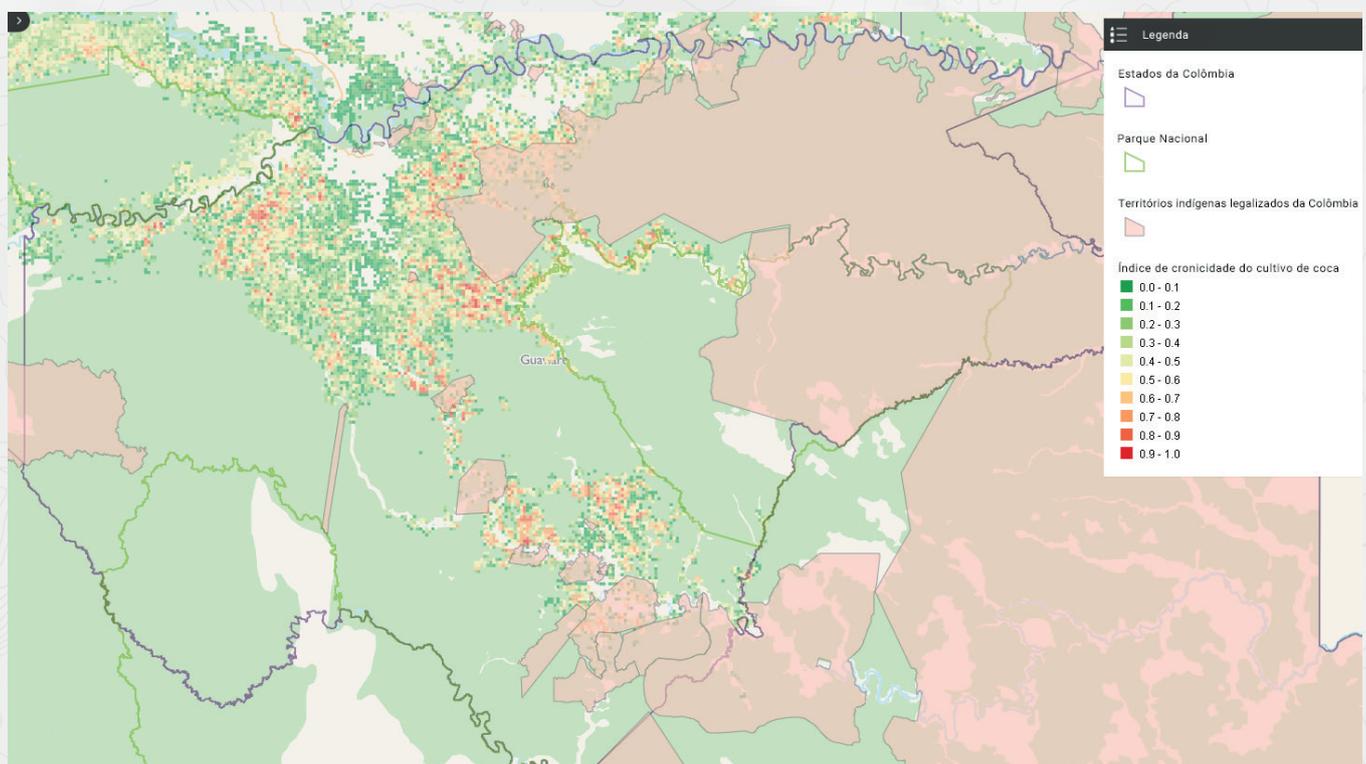
Putumayo registra elevados níveis de violência, destacando-se inclusive pelo maior índice de violência política contra mulheres na região Amazônica, com 20 ataques entre 2017 e 2023, de acordo com a Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED).¹⁷ Segundo a organização sem fins lucrativos Somos Defensores, oito mulheres foram assassinadas de 2004 até meados de 2021, em razão de seu engajamento na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.¹⁸ A interseção de vários conflitos socioeconômicos e a vulnerabilidade das defensoras justificaram a escolha de Putumayo como uma das áreas de pesquisa deste relatório. A maioria dessas mortes está associada à luta pela substituição voluntária de plantações ilícitas por alternativas agrícolas legais no período pós-conflito, ao ativismo contra a exploração de petróleo na Amazônia e aos esforços na promoção dos direitos das mulheres.

Guaviare: disputas por Territórios Indígenas protegidos

O conflito teve um impacto moderado em Guaviare no período de 1969 a 2023, com mais de 4.000 eventos e 4.800 mortes registradas.¹⁹ A região foi sede de duas zonas de normalização, localizadas nos municípios de El Retorno e San José del Guaviare, conforme estabelecido pelo acordo de paz.

O estado de Guaviare abriga duas áreas protegidas importantes: a Reserva Nacional Natural Nukak e a Serranía de Chiribiquete (compartilhada com o estado de Caquetá). Além disso, ele faz fronteira, ao sul, com o Parque Nacional Natural Sierra de la Macarena. Existem vários conflitos socioeconômicos relacionados à ocupação dessas áreas protegidas, incluindo a Reserva Nacional Natural Nukak; as populações indígenas de Yaguara II no município de Calamar;²⁰ e o conflito em uma das regiões mais desmatadas da Colômbia, o Parque Nacional Chiribiquete.²¹

Figura 4. Cultivo de coca, áreas protegidas e reservas indígenas em Guaviare



Fonte: Mapa elaborado utilizando a plataforma Colombia en Mapas,²² incluindo o Índice de Cronificação do Cultivo de Coca da UNODC, que reflete a presença de plantações de coca no território em comparação com as estratégias de interdição na região de Guaviare e nos estados vizinhos.

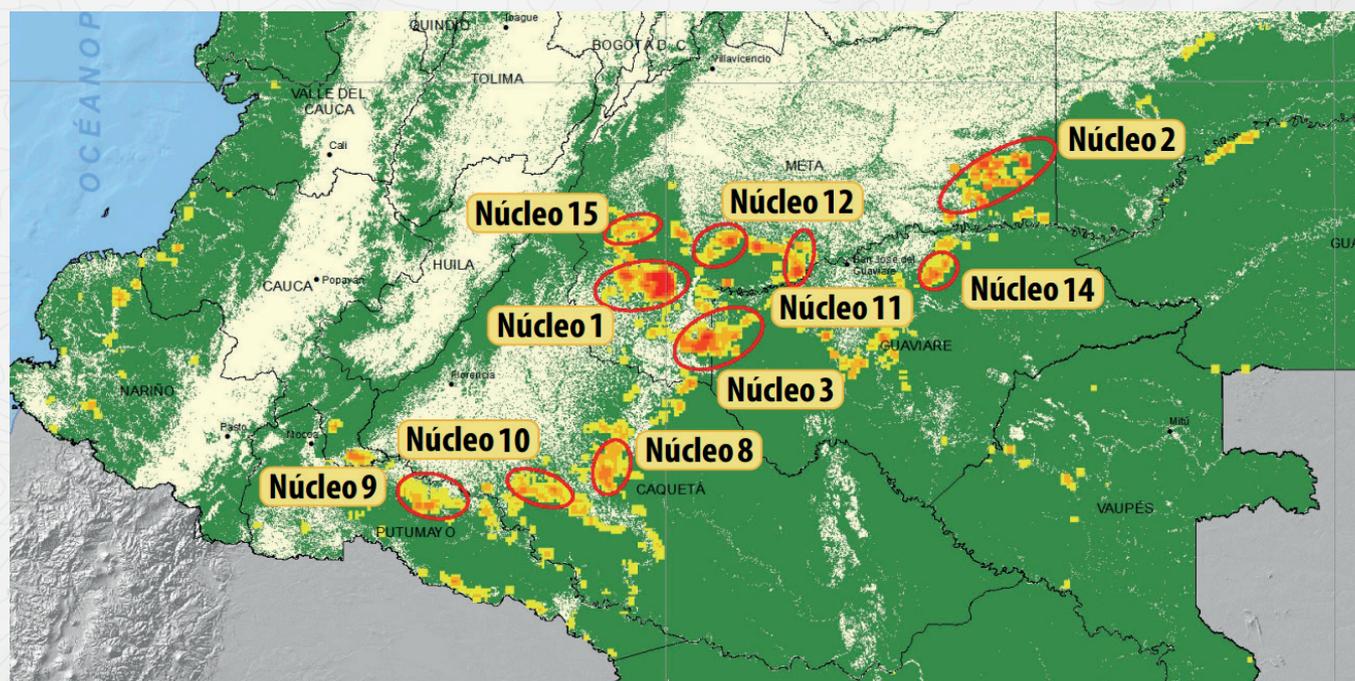
Embora informes de várias fontes indiquem que as defensoras da região de Guaviare enfrentam menos vulnerabilidade comparadas a outras áreas como Putumayo ou Meta, elas continuam sob risco devido aos conflitos ambientais previamente mencionados na região. O estado de Guaviare foi escolhido como um dos focos desta pesquisa devido à existência de diversos grupos de defensoras. Felizmente, não existem registros locais de assassinatos de mulheres nas bases de dados de organizações como Somos Defensores (2004-21), Indepaz (2020-22) e Tierra de Residentes (2014-21).

Meta: a porta de entrada para o desmatamento na Amazônia

Meta é o estado da Amazônia colombiana mais afetado pelo conflito armado no país, com 17.554 eventos registrados no período de 1958 a 2023, de acordo com o Observatório de Memória e Conflito do Centro Nacional de Memória Histórica.²³ Nos nove municípios de Meta situados na Amazônia, registrou-se um total de 8.755 conflitos, que resultaram em 10.241 mortes. O estado também foi sede de três Zonas Veredais Transicionais de Normalização (ZVTN), nos municípios de Mesetas, Vista Hermosa e Macarena.

Nos últimos anos, a região de Meta foi alvo de uma série de ameaças de desmatamento. A Figura 5 mostra a concentração de alertas de risco na área desde o início de 2022, destacando os seguintes pontos críticos: o primeiro, nos Parques Nacionais Tinigua e La Macarena, decorrente da agricultura e da pecuária em larga escala; o segundo, em Mapiripán, marcado por queimadas e a expansão desordenada de estradas; o terceiro, na divisa com Guaviare, igualmente afetado por queimadas e crescimento irregular de estradas; os pontos 11 e 12, novamente no Parque Nacional La Macarena, sob pressão da pecuária intensiva e agricultura; e, por fim, o ponto crítico 15 em La Uribe, onde a expansão agrícola e a pecuária se unem ao avanço não planejado de estradas. Ainda assim, relatórios recentes destacam uma redução significativa do desmatamento por toda a região em 2023.²⁴

Figura 5. Pontos críticos de desmatamento na região Amazônica, com foco no estado de Meta (1º trimestre de 2022)



Fonte: Sistema de Alertas Antecipados (IDEAM).²⁵

A porção amazônica do estado de Meta, como o limite norte da região Amazônica, também registrou sete conflitos, segundo o Atlas de Conflitos Socioambientais do SINCHI. O banco de dados Somos Defensores relata duas mulheres assassinadas, uma no município de Mapiripán em março de 2018, vítima de dissidentes das FARC,²⁶ e outra em Macarena em 2021 devido ao seu ativismo após os acordos de paz.²⁷

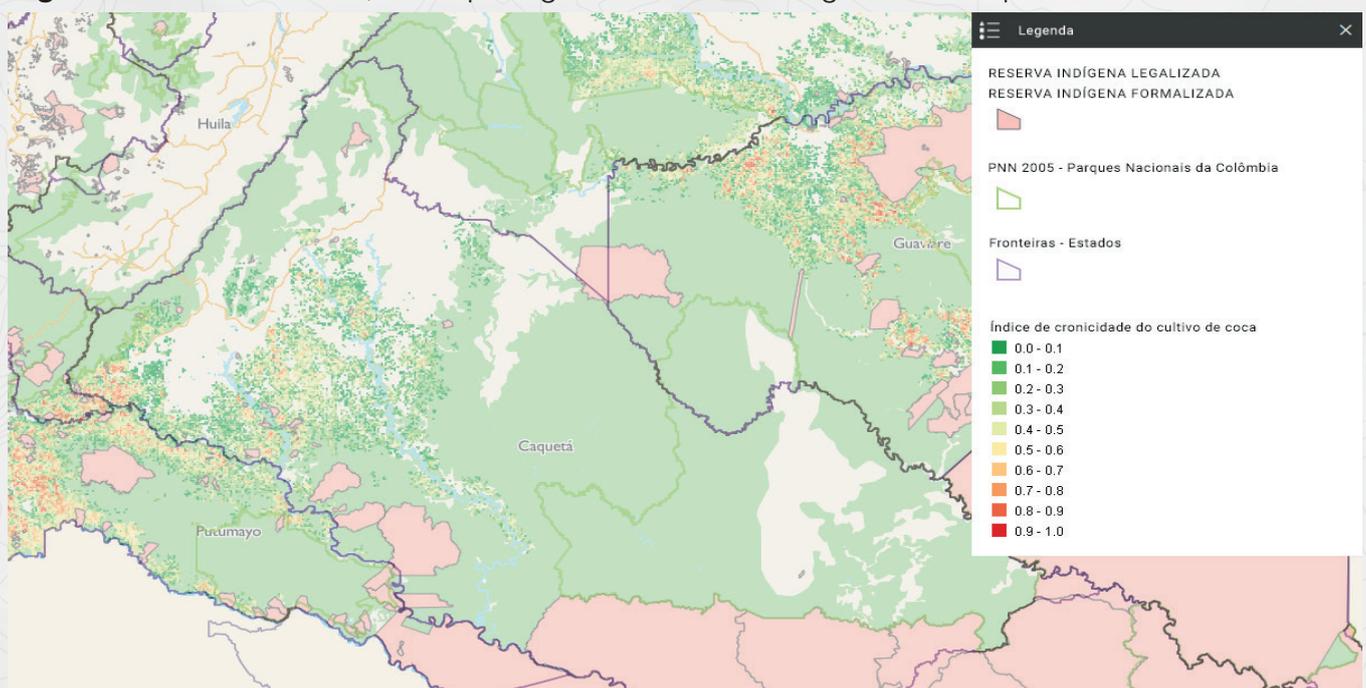
Caquetá: trauma e histórico de violência como resultado do conflito armado

O estado possui a maior cidade da região, Florencia, que conta com uma população de 177.000 habitantes e uma grande densidade urbana. Meta é classificado como o segundo estado mais afetado pelo conflito armado na região, registrando um total de 13.839 eventos violentos.²⁸ Este estado foi palco do processo de paz de 1998-2002 com as FARC – período marcado pela desocupação de 42 quilômetros quadrados de território, uma exigência do grupo guerrilheiro. Essa concessão representou uma vitória significativa para o grupo insurgente na época.²⁹

Segundo o Atlas de Conflitos Socio-ambientais do SINCHI,³⁰ existem pelo menos cinco conflitos socioambientais no estado de Caquetá. Esses conflitos envolvem principalmente assentamentos não autorizados por indivíduos de fora e disputas territoriais em áreas de proteção ambiental, como os Parques Nacionais Los Picachos, Chibiriquete e Tinigua. Além disso, a região sofre com a contaminação das fontes hídricas devido à gestão inadequada de resíduos e à atividade mineradora ilegal, especialmente nos rios Ortyeguaza e Caguán, bem como a exploração de petróleo em Valparaíso e San Vicente del Caguán e a mineração ilegal em San José del Fragua.

A região de Solano, entre os municípios de Milán (veredas Platanillo, Las Palmeras e El Tigre), Valparaíso (vereda Maticuru) e Solano (veredas El Porvenir, Vergel Sevilla e Campo Bonito), é apontada como o principal foco de desmatamento, impulsionado por práticas de pecuária extensiva não sustentável, plantações irregulares, grilagem de terras para formação de pastagens, extração ilegal de madeira e desenvolvimento inadequado de infraestrutura de transporte.

Figura 6. Cultivo de coca, áreas protegidas e reservas indígenas em Caquetá



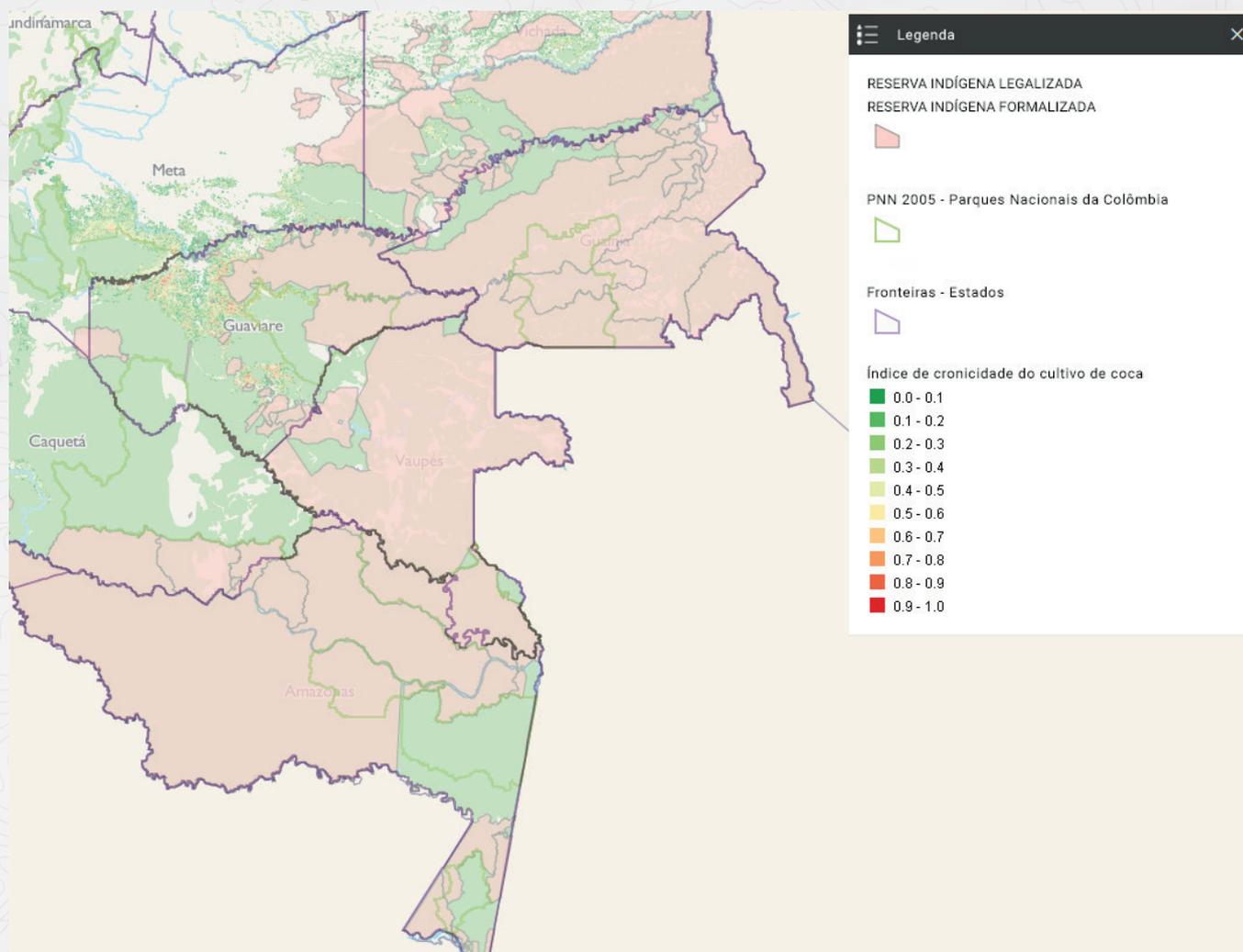
Fonte: Mapa elaborado utilizando a plataforma Colombia en Mapas,³¹ incluindo o Índice de Cronificação do Cultivo de Coca da UNODC, que reflete a presença de plantações de coca no território em comparação com as estratégias de interdição na região de Caquetá e nos estados vizinhos.

Em relação à violência contra mulheres defensoras, o relatório da Somos Defensores destacou o assassinato de uma defensora em Curillo, um caso diretamente relacionado aos problemas ocorridos ao longo do processo de substituição voluntária de plantações ilícitas. Segundo dados da ACLED, há uma forte incidência de violência civil em San Vicente del Caguán.³²

A Amazônia profunda: os estados de Amazonas, Vaupés, Guainía e Vichada

Apesar de não estar sujeita às mesmas pressões intensas de grandes projetos de infraestrutura, mineração ilegal em larga escala, cultivo ilícito de drogas, pecuária extensiva e o consequente desmatamento observado em outras regiões amazônicas, esta região ainda é palco de conflitos que motivam o engajamento das mulheres no ativismo social e ambiental. Conforme mostra a Figura 7, a maior parte do extenso território dessa sub-região é composta de parques nacionais e territórios indígenas, apresentando pouca ou nenhuma atividade de cultivo de drogas.

Figura 7. Cultivo de coca, áreas protegidas e reservas indígenas em Amazonas, Vaupés, Guainía e Vichada



Fonte: Mapa elaborado utilizando a plataforma Colombia en Mapas,³³ mostrando os estados de Amazonas, Vaupés, Guainía e Vichada.

No entanto, o Atlas de Conflitos Sócio-ambientais do SINCHI³⁴ relata conflitos socioeconômicos ligados à mineração ilegal de ouro (rios Inírida, Atabapo e Guainía), à contaminação e à gestão inadequada de resíduos (rio Vaupés e cidade de Mitú). Curiosamente, a região registra o único conflito associado à implementação de projetos REDD+ na área.³⁵ Fora isso, não há registro de vítimas mulheres ligadas ao ativismo ambiental e de direitos humanos, embora seja preciso considerar a limitação da cobertura da imprensa, assim como a eficiência dos sistemas de alerta nesses territórios.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem participativa centrada em grupos de discussão e entrevistas em profundidade com informantes-chave. A equipe do Igarapé conduziu um total de cinco grupos de discussão na Colômbia – em Mocoa e Puerto Guzmán, em Putumayo; San José del Guaviare, em Guaviare; Mapiripán, em Meta; e Florencia, em Caquetá. Para complementar esses grupos de discussão, foram realizadas entrevistas em profundidade, totalizando nove, distribuídas pelo país: sete em Putumayo, três em Caquetá e duas em Meta. A abordagem metodológica dos grupos incorporou várias técnicas de Avaliação Rural Participativa (ARP):

- 1. Mapeamento social e territorial:** Cada defensora se identifica, descreve o trabalho que realiza e o território que defende, incluindo seu local de nascimento e endereço atual.
- 2. Identificação dos principais desafios:** Cada defensora recebe a missão de identificar pelo menos três desafios que enfrenta. Num segundo momento, pede-se que ela coloque os desafios em ordem de prioridade.
- 3. Proposta de soluções:** Cada defensora propõe soluções e, em seguida, classifica essas soluções em ordem de prioridade, levando em consideração o potencial de impacto de cada uma na região.

Os grupos de discussão são compostos por mulheres defensoras de diferentes territórios, visando garantir a diversidade e prevenir qualquer viés. As defensoras locais trabalharam diretamente com os pesquisadores do Instituto Igarapé.

Os desafios pelo olhar das defensoras

Com base nas entrevistas e nos grupos de discussão, as defensoras destacaram três desafios principais:

- 1. Atividades econômicas legais e ilegais causam danos ambientais, espirituais e sociais:** A presença de economias extrativistas, tanto legais quanto ilegais, incluindo mineração, produção de petróleo, produção agrícola de monoculturas e extração madeireira na Amazônia, promove a degradação ambiental. Essas atividades econômicas alteram áreas naturais e interrompem o tecido social das comunidades locais, afetando profundamente a conexão dos membros da comunidade com o território e entre si.
- 2. Legado de violência, trauma e ativismo:** A memória histórica do conflito armado na Colômbia contribuiu para o surgimento de movimentos sociais organizados, especialmente entre mulheres. No entanto, esse passado também gera medo e trauma.
- 3. Dinâmicas de gênero complexas:** A cultura patriarcal no país está por trás dos elevados níveis de violência contra mulheres, incluindo feminicídios. Ao mesmo tempo, o engajamento das mulheres é forte, diversificado e conseguiu construir um consenso para promover agendas focadas nas necessidades das mulheres.

Atividades econômicas legais e ilegais causam danos ambientais, espirituais e sociais

As indústrias extrativistas, incluindo mineração, produção de petróleo, agricultura de monocultura e exploração madeireira, geram significativos problemas ambientais e, por tabela, afetam as defensoras entrevistadas para este projeto. Essas atividades econômicas não apenas degradam a terra e o meio ambiente, com os quais as comunidades locais têm uma ligação profunda, mas também as “oportunidades” econômicas que oferecem podem destruir a economia rural. Além disso, elas impactam o tecido social das comunidades. Entre as ameaças diretas impostas por essas atividades, estão a contaminação das fontes hídricas, a deterioração da qualidade do ar devido à fumaça dos incêndios, e o desmatamento que leva à perda de habitat para plantas e animais silvestres essenciais para a comunidade.

As indústrias extrativistas são particularmente ameaçadoras para as mulheres defensoras do meio ambiente e dos direitos humanos porque muitas delas dependem da agricultura em pequena escala – um modo de vida que se torna mais difícil, ou até mesmo impossível, se a terra estiver contaminada. Além dos impactos ambientais e até sobre a saúde física provocados pelo setor extrativista, muitas mulheres também possuem uma ligação pessoal profunda com a terra. As mulheres indígenas que participaram deste estudo explicaram que sua ligação com a terra é essencial para sua cultura e que as atividades extrativistas ameaçam esse vínculo ao degradarem fisicamente o ambiente e restringirem o acesso à terra. Uma defensora que organiza grupos comunitários para explorar o território contou que seu acesso ao território muito vezes foi restrito a horas pré-determinadas:

“No momento, podemos caminhar pela terra livremente. Mas em outros momentos, fomos informadas que não podíamos sair para realizar nossas tarefas de direitos humanos ou espiritual. Eles impõem horários ou restrições que não concordamos. Por isso, como defensoras de nossa Uma Kiwe [nossa mãe], achamos que nossos direitos estão sendo violados.”

- Defensora do estado de Putumayo

Em relação às empresas multinacionais de mineração e outras indústrias responsáveis pelo desmatamento, as defensoras que participaram das entrevistas e grupos de discussão destacaram que essas empresas falharam ao não assumir a responsabilidade por suas ações. Segundo as defensoras, o governo deveria ser mais cuidadoso ao conceder licenças para empreendimentos legais. Em Mocoa (Putumayo), por exemplo, as defensoras relatam que as corporações multinacionais de mineração são alvo de favorecimento para a concessão de licenças de mineração e não estão preparadas para lidar com as emergências ambientais quando elas ocorrem. A indústria do petróleo, devido aos danos que causa à saúde humana, muitas vezes leva as defensoras das comunidade afetadas a agir para evitar que suas casas se tornem inabitáveis:

“Em 2012, anunciaram a expansão de projetos petrolíferos em um trecho que incluía 54 ruas residenciais, quatro municípios, uma reserva indígena e dois espaços comunitários. Esse corredor era conectado por pântanos e dois rios caudalosos, o Putumayo e o San Miguel. O anúncio dos projetos petrolíferos gerou uma grande reação entre a população local, que questionava: ‘O que vai acontecer conosco?’ Segundo a regra estabelecida, ninguém poderia morar dentro de um raio de cinco quilômetros de uma plataforma petrolífera, exigindo realocação para uma distância mínima de cinco quilômetros. A questão crucial era: ‘Para onde deveríamos ir?’ Após um ano de luta por respostas, a posição foi clara: não seria viável prosseguir com o projeto. O argumento se baseava no elevado índice de contaminação já registrado nas seis plataformas já existentes. O que aconteceria se instalasse essas plataformas adicionais...”

- Defensora do estado de Putumayo

A defensora que se opôs aos projetos de expansão da atividade petrolífera também salientou que esses projetos tinham o apoio explícito do governo colombiano e que, por isso, tinha medo de sofrer alguma retaliação por parte dos atores do setor privado envolvidos nesses projetos:

“Como estamos em um território onde projetos industriais extrativistas estavam sendo desenvolvidos na administração Duque, e ganharam um impulso extra após os anúncios feitos pelo Presidente da República, não podemos esquecer que a luta para defender o território nos coloca em risco, pois na Colômbia todo mundo sabe que o setor privado usa a violência para fazer seus projetos avançarem.”

- Defensora do estado de Putumayo

Além de causar danos ambientais e físicos, essas atividades econômicas extrativistas representam um risco para o tecido social das comunidades. Em Mocoa (Putumayo), defensoras mencionaram que os jovens estão buscando treinamento para trabalhar nessas indústrias e assim conseguirem seu sustento. Essa mudança muitas vezes leva a juventude a se desconectar dos valores de preservação da terra e da importância histórica e cultural do território para a comunidade. Com o tempo, isso impacta a saúde social e espiritual da comunidade, pois a geração mais jovem aos poucos deixa de valorizar e defender a terra.

Empreendimentos legais não são os únicos responsáveis para a degradação ambiental. Atividades ilegais, como o comércio de drogas, também impactam negativamente a região. Em Florencia (Caquetá), defensoras afirmam que o cultivo de coca – a planta usada para fazer cocaína – afeta o tecido social das comunidades ao atrair os jovens para o comércio de drogas. Além disso, a monocultura de coca reduziu a predominância da agricultura de subsistência, com os agricultores preferindo o cultivo de coca ao de alimentos. A ligação entre a produção de coca para o mercado de drogas e o aumento da disponibilidade e consumo de drogas dentro das comunidades, resultando em taxas mais altas de vício e em degradação da coesão social, também foi citada. O comércio de drogas aumenta os níveis de violência, com grupos armados, forças armadas e produtores de coca frequentemente disputando o controle do cultivo e do mercado de drogas, colocando em perigo as vidas dos habitantes locais.³⁶

Devido às necessidades econômicas das comunidades locais, alguns membros apoiam projetos extrativistas e indústrias prejudiciais apesar de seus efeitos nocivos. Os defensores desses projetos enfatizam os empregos fornecidos pelas novas empresas agrícolas e operações de mineração, minimizando os danos associados. Por terem apoio local parcial, as defensoras que se opõem a essas atividades ficam em uma posição difícil. Embora muitos dos agressores sejam desconhecidos das defensoras, houve retaliações por parte das próprias comunidades. Uma defensora de Putumayo disse se sentir estigmatizada socialmente por seu ativismo e pressionada a renunciar a um conselho comunitário.

“Isso tem causado muitos inconvenientes na minha vida, afetando o meu papel social, político e de liderança. Como sou uma pessoa que fala o que vê, tenho me sentido excluída... sinto que meus direitos como mulher foram desrespeitados. Tenho sido alvo de intimidação.”

- Defensora do estado de Putumayo

Tornar-se defensora: um legado da violência e do trauma

Na Colômbia, uma mistura perigosa de exploração da biodiversidade, tanto por atores legais quanto ilegais, coexiste com um histórico de conflitos violentos latentes. Essa realidade é intensificada pela atuação de grupos paramilitares, narcotraficantes, movimentos guerrilheiros como as FARC e as forças de segurança do governo colombiano. O resultado é um crescente número de civis que se encontram encurralados no meio dos confrontos. O trauma da violência e da perda ainda assombra as populações locais, afetando suas perspectivas de vida. No entanto, observou-se uma forte dualidade entre o medo de retaliação e a mobilização ativa entre as defensoras – enquanto a ameaça de violência impulsiona a ação, o medo subjacente promove a cautela.

É fato que o nível geral de violência na Colômbia continua muito alto, mesmo após o encerramento formal do conflito armado com as FARC em 2016. Isso torna o país um lugar particularmente perigoso para as defensoras do meio ambiente e dos direitos humanos. Em 2022, a Colômbia foi apontada pela organização Global Witness como o país com o maior número de assassinatos de defensores da terra em todo o mundo, totalizando 60 mortes de ativistas ambientais e de terras. Esses defensores, especialmente aqueles identificados como indígenas, afrodescendentes, pequenos agricultores e ativistas ambientais, foram alvo de ataques específicos e brutais.³⁷

Esse trágico histórico tem um impacto no aspecto psicológico das mulheres entrevistadas para esta pesquisa. Ao relatarem como se tornaram defensoras, muitas delas mencionaram suas experiências com a violência como momentos decisivos que as levaram a lutar pela paz. Relatos de familiares ou amigos que foram mortos ou que desapareceram durante os conflitos são frequentes. Além disso, elas destacaram como a violência contra mulheres, adolescentes e crianças é usada como tática de guerra. Em uma entrevista detalhada, uma defensora descreveu essa violência como um fator impulsionador para a mobilização da comunidade:

“Diante do aumento da presença militar nas comunidades rurais, vimos a necessidade de nos prepararmos para defender os direitos humanos, já que ficamos encurraladas entre os militares e os grupos armados ilegais.”

– Defensora do estado de Putumayo

Diante disso, muitas relutam em se identificar publicamente como defensoras, temendo represálias por seu ativismo e optando por um perfil mais discreto. Essa postura gerou um dilema entre o desejo de proteger a comunidade e a necessidade de se manter segura, refletindo de diferentes formas entre as mulheres. Uma das defensoras, por exemplo, prefere se autodefinir como “guardiã” e, para o público, adota a identidade de “comunicadora” para diminuir os riscos de conflito, mas também preservar o apoio e a boa vontade de seus aliados:

“...Mantenho boas relações com todo mundo e isso me deixa mais protegida... Há momentos, em lugares desconhecidos, que me sinto em perigo, mas não acho que corro risco por ser quem sou, mas sim por existir. O risco está em existir... Não digo que sou defensora dos direitos humanos ou defensora da floresta, e acho que isso me mantém segura. Me rotular dessa forma me deixaria encurralada. Faço muita coisa bacana, escrevo histórias, mas evito entrar em confronto com as pessoas, não quero isso.”

- Defensora do estado de Caquetá

A posição de cautela adotada pelas defensoras tem motivos sólidos. Diversas participantes deste estudo enfrentaram retaliações e violência em decorrência de seu ativismo, incluindo agressões físicas, ameaças e intimidação psicológica. Os relatos frequentemente destacavam como essas agressões geram medo, ao mesmo tempo que as motivava em suas causas. Uma das defensoras, por exemplo, sofreu um ataque direto; e apesar de ser uma experiência traumática, o evento confirmou ainda mais sua vocação: a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente. Outra defensora, mesmo intimidada a ponto de pensar em se exilar, acabou decidindo ficar e prosseguir com seu trabalho.

Em diversas ocasiões, não foram apenas as defensoras que enfrentaram perigos, mas também familiares, amigos e outros membros da comunidade que se viram sob ameaça ou em situações de risco. A exposição direta a atos de violência tem um impacto profundo nas defensoras, assim como o peso psicológico de presenciar o sofrimento de outras pessoas em suas próprias comunidades:

“Participei de muitas marchas pacifistas em defesa dos direitos humanos e contra a violência de gênero porque, infelizmente, muitas mulheres sofreram abusos físicos, e algumas foram assassinadas... É muito difícil saber que uma amiga, uma vizinha ou uma conhecida está passando por isso. O que se pode fazer é ajudá-las, orientá-las e explicar, por exemplo, como elas podem se defender; informá-las sobre seus direitos; encaminhá-las ao escritório apropriado, ou simplesmente ajudar a guiá-las para que possam se defender e aumentar sua resiliência.”

- Defensora do estado de Putumayo

Apesar dos esforços para levar os recursos do estado para os territórios incluídos nos acordos de paz, as defensoras relataram uma evidente falta de apoio institucional quando tentavam registrar casos de assédio e violência às autoridades:

“Em um país como a Colômbia, os riscos são sempre altos. Isso inclui preocupações quanto à eficácia e permanência de nossas denúncias sobre violações dos direitos humanos, bem como em relação à nossa capacidade de nos organizarmos dentro dos territórios. E também porque, em territórios como o nosso, enfrentamos uma combinação única de diversas estratégias e formas de violências por parte de diferentes grupos armados, tanto legais quanto ilegais, não é mesmo?”

- Defensora do estado de Putumayo

Dinâmicas de gênero complexas

Ser líder e mulher apresenta desafios significativos para as defensoras na Colômbia. A cultura machista predominante permite que aqueles que estão no poder minimizem a violência contra as mulheres, dificultando ainda mais o acesso delas à justiça quando se encontram ameaçadas devido ao seu ativismo. A incidência de feminicídios na região é excepcionalmente alta em comparação com outras partes do país. As defensoras acreditam que a narrativa em torno dos feminicídios é influenciada pelas estruturas de poder da sociedade, refletindo as atitudes negativas contra mulheres defensoras de todas as idades:

“Quando se fala em feminicídios, por exemplo... dizem que nos matam por ciúmes, por problemas com parceiros, porque traímos, porque usamos saias curtas demais ou porque andamos na rua tarde da noite. Ninguém nunca diz que nos matam simplesmente por sermos mulheres, por causa do machismo ou mesmo do preconceito crescente contra nós. O governo tem relutado em reconhecer esses casos, mesmo em um país onde o direito à vida é um direito fundamental garantido pela constituição. Eles se recusam a reconhecer que somos mortas porque somos mulheres, que somos estupradas porque somos mulheres. E não são apenas mulheres adultas, mas também nossas meninas, nossas adolescentes, nossas jovens. Então, esse é o conceito geral que precisamos discutir sobre as questões femininas.”

– Defensora do estado de Putumayo

O feminicídio é a manifestação mais extrema das dinâmicas de gênero e poder na Colômbia, mas não é a única. Diversas mulheres relataram a difícil interação entre sua identidade de gênero e seu trabalho. Algumas se sentem fortalecidas por seu papel social como mulheres, enquanto outras percebem que o fato de ser mulher as expõe a maiores vulnerabilidades. A defensora anteriormente mencionada salientou que as organizações de direitos humanos são predominantemente masculinas, forçando-a a reafirmar sua presença para ser tratada como igual no ambiente de trabalho.

Além disso, as dinâmicas de gênero influenciam o dia a dia das defensoras. Espera-se que desempenhem papéis tradicionais no lar e cuidem de suas famílias, em conformidade com as expectativas de gênero típicas na Colômbia. Algumas defensoras observaram que seu ativismo ambiental e dos direitos humanos diminui o tempo disponível para outros compromissos e para a família, dificultando sua atuação em várias áreas de suas vidas. Uma defensora confirmou que o papel da mulher na sociedade empodera, mas em seguida enfatizou sua frustração com escassez de tempo disponível:

“Quando nós, mulheres, entendemos nosso papel, isso nos proporciona liberdade de expressão e permite que a gente participe de acordo com nossa própria percepção e como achamos que deve ser. Esse entendimento nos possibilita atuar dentro de nossa cultura e modo de vida, mesmo que nos digam não. Mas a realidade é que nosso tempo é limitado...temos apenas algumas horas para o trabalho, para o estudo, para a vida.”

– Defensora do estado de Putumayo

Outra dificuldade enfrentada pelas defensoras é a falta de apoio governamental, um tema recorrente nos grupos de discussão. Muitas delas salientaram que, embora os funcionários públicos façam promessas de incluir mulheres em suas iniciativas, raramente essas promessas se traduzem em ações efetivas. O debate sobre a inclusão feminina não se materializa em medidas concretas, como a nomeação de mais mulheres para cargos oficiais ou órgãos de tomada de decisão.

Uma estratégia empregada para enfraquecer os esforços coletivos entre as redes de mulheres defensoras consiste em segregá-las e apresentar suas lutas como ações isoladas. Desmontar essa narrativa requer que as defensoras reconheçam as similaridades em suas lutas, perigos e vitórias, entendendo que têm mais em comum do que imaginam:

“Eles continuam tentando nos dividir, ou seja, rotulando a mulher do campo somente como mulher do campo, a mulher indígena como mulher indígena, a afro-colombiana apenas como afro-colombiana, a mulher da cidade apenas como mulher da cidade. No entanto, nossa realidade é a mesma e os problemas que enfrentamos são os mesmos, mas eles focam nesses rótulos... Esse é o tema que estamos discutindo agora.”

- Defensora do estado de Putumayo

Embora as lutas enfrentadas pelas mulheres defensoras sejam essencialmente as mesmas, o feminismo interseccional enfatiza a importância de reconhecer que defensoras de diversas origens começam suas jornadas individuais a partir de pontos de partida diferentes. Para serem bem-sucedidas em suas iniciativas como ativistas ambientais e de direitos humanos, é crucial o apoio mútuo e a criação de redes fortes com defensoras de variadas procedências. O movimento feminista na Colômbia foi muito influenciado pelo histórico de conflitos do país, motivando as mulheres afetadas pela violência a criar organizações comunitárias para autodefesa e a lutar por um futuro mais pacífico. Essas mulheres conseguiram estabelecer redes robustas de cooperação e desenvolver habilidades de consenso, diferenciando-se assim das defensoras em outros países da América Latina.

Soluções possíveis

Considerando esse contexto, defensoras de todos os cinco grupos de discussão destacaram as seguinte recomendações:

Solidariedade comunitária e empoderamento

Uma solução sugerida por muitas mulheres para se protegerem melhor de abusos ambientais e violações de direitos humanos é fortalecer a solidariedade comunitária e o empoderamento, especialmente nos grupos de mulheres e nas comunidades rurais. Elas relataram que as maiores vitórias foram alcançadas quando a comunidade se uniu, unindo forças para enfrentar ameaças específicas e apostar na proteção mútua.

“Nos juntamos com outras pessoas da nossa rua e adjacências para barrar a construção dessa usina extrativista. Toda a comunidade inteira se mobilizou por uma causa comum – impedir a construção. Esse evento marcou o início de nossa luta, despertando a consciência das pessoas para os problemas ambientais e incentivando-as a buscar mudanças futuras. Além disso, propiciou a criação da primeira e única associação em Mampiripán focada na proteção e conservação dos recursos naturais... Desde então, enfrentamos outras questões com o apoio de muitos moradores do município.”

- Defensora de Mampiripán, no estado de Guaviare

Colaboração através de associações civis é vital para que as comunidades rurais possam prevenir danos ambientais. Enquanto uma família isolada afetada pela poluição hídrica pode ter dificuldades para ser ouvida, uma comunidade unida forma um bloco muito mais forte e difícil de ser ignorado por empresas poluidoras e órgãos governamentais, sejam elas locais ou nacionais.

Para promover a criação de associações focadas em direitos humanos e meio ambiente, é fundamental que as comunidades rurais tenham acesso a recursos como treinamentos em liderança. Informações sobre como denunciar abusos ambientais e de direitos humanos para a autoridade adequada também devem estar facilmente acessíveis em todas as línguas predominantes nas comunidades rurais. Órgão regulatórios e empresas comprometidas com a melhoria de suas práticas em relação ao meio ambiente e direitos humanos devem estabelecer um diálogo com os conselhos de liderança locais, organizando sessões regulares de escuta para garantir que as preocupações das comunidades sejam atendidas.

No entanto, diante das realidades enfrentadas pelas defensas na Colômbia e da escassez de apoio de empresas e do governo colombiano, as organizações não governamentais têm um papel importante no fortalecimento das redes de defensores. Os grupos comunitários têm clareza sobre suas necessidades e o que seria mais útil em seus esforços por reconhecimento. Elas precisam apenas de recursos financeiros e de capacitação para facilitar esse trabalho, além de uma plataforma para que as organizações comunitárias possam interagir e se apoiar mutuamente.

Educação ambiental

Para fortalecer uma comunidade na luta contra danos ambientais é preciso ter clareza sobre o valor das áreas naturais ao seu redor. Cultivar uma ligação profunda entre os moradores e a terra que veem como sua é essencial na construção de um engajamento comunitário eficaz. Diversas defensoras entrevistadas comentaram sobre a importância de atividades como caminhadas educativas, que promovem a conscientização sobre o elo espiritual entre os habitantes e o meio ambiente. Uma defensora dedicada a esse tipo de ação relatou suas experiências ao orientar membros da comunidade na descoberta e valorização de seu território:

“Uma das experiências que tive com a comunidade foi realizar caminhadas com as crianças, mães, professores, líderes religiosos, autoridades políticas ao lado da guarda indígena... para ensinar sobre as propriedades das plantas. Foi uma conquista para mim, uma vitória em termos de compartilhamento de conhecimento.”

– Defensora do estado de Putumayo

Outras ressaltaram a importância de informar sobre os impactos ambientais que a própria comunidade e as comunidades vizinhas podem gerar. Uma defensora, ao ser questionada sobre a essência de seu trabalho, respondeu que uma das coisas mais importantes é “conscientizar as pessoas sobre o dano ambiental que provocamos, motivando-as a refletir sobre o futuro de nossos filhos”.

A necessidade de compreender os impactos ambientais, como poluição, incêndios, desmatamento e monocultura, e seus efeitos sobre a comunidade foi uma preocupação constante nas entrevistas e grupos de discussão. Promover a consciência ecológica foi destacado como um aspecto importante de seu trabalho. Também ressaltou-se que a proteção do meio ambiente pode também ser rentável; por exemplo, uma das defensoras mencionou liderar, com outras mulheres da região, um projeto de reciclagem de óleos e gorduras de cozinha usados em restaurantes para fabricar sabão. Essa iniciativa não só evita a poluição do aterro sanitário, prevenindo contaminação de água e solo, mas também gera renda para as participantes.

Embora muitos membros de comunidades indígenas e rurais já reconheçam sua ligação com o meio ambiente, fomentar a educação por meio de grupos de mulheres e fornecer ferramentas para avaliar impactos ambientais são avanços significativos. Fornecer às comunidades conhecimento e equipamentos para monitorar o meio ambiente local é uma forma valiosa de apoiar as defensoras.

Um dos principais desafios enfrentados pelas comunidades afetadas por danos ambientais é comprovar contaminações ou ações indevidas em suas regiões. Uma estratégia para superar isso é a geração, armazenamento e análise regular de dados ambientais. Disponibilizar recursos como kits para teste de qualidade da água, monitores de qualidade do ar e capacitações para catalogar flora e fauna são medidas essenciais. Empoderar as defensoras e suas comunidades para avaliar com precisão os danos ambientais em suas áreas facilitará a busca por soluções legais e aumentará a conscientização sobre essas questões.

Chamando a atenção do mundo para a mitigação das mudanças climáticas

Os grupos de discussão e entrevistas aprofundadas revelaram uma lacuna significativa: a questão da mudança climática global foi raramente mencionada. Apenas três das mulheres entrevistadas abordaram o tema brevemente, e ele não foi assunto nas discussões dos grupos. No entanto, o trabalho dessas defensoras tem um impacto direto na mitigação das mudanças climáticas. Seu objetivo é prevenir mais desmatamento e incêndios florestais, protegendo assim a vegetação da Amazônia, que atua como um imenso sumidouro de carbono.

A prevenção de atividade mineradora, tanto legais quanto ilegais, contribuiu para o mesmo objetivo, beneficiando o meio ambiente global enquanto protege as áreas locais. As defensoras entrevistadas enfatizaram a importância de proteger a natureza, mas suas motivações eram principalmente melhorar as condições de vida das famílias, garantir renda, proteger a saúde da comunidade ou preservar a terra por razões espirituais. Nenhuma delas citou o impacto global de suas ações.

Atrair a atenção internacional para esses esforços, que à primeira vista aparentam ser locais mas possuem relevância global, é uma estratégia que deveria ser considerada por aqueles interessados em proteger as defensoras colombianas. Comunidades locais e mulheres desempenham um papel fundamental em ajudar os países a alcançarem seus objetivos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Integrar esses grupos em órgãos decisórios para a proteção ambiental ampliaria suas vozes e seu trabalho.

Além disso, várias defensoras têm habilidades em organização comunitária e comunicação, competências estas que poderiam ser utilizadas para chamar a atenção global para suas causas, especialmente quando governos e empresas comprometem o meio ambiente sem enfrentar consequências. Historicamente, pressões internacionais impulsionam transformações sociais significativas, como o fim do *apartheid* na África do Sul, a reunificação da Alemanha e a interrupção do desenvolvimento de armas nucleares em países que não podem ter armas nucleares. Diante do crescente apelo público aos governos para que interrompam as mudanças climáticas globais, dar visibilidade aos desafios locais da Amazônia no cenário internacional pode reforçar a missão das defensores ambientais.

Referências bibliográficas

- Arora-Jonsson, S (2011). [Virtue and vulnerability: Discourses on women, gender and climate change](#), Global Environmental Change, vol. 21, nº 2 (Maio), pp. 744-51.
- Barnett, J. and Adger, N. W. (2007), [Climate change, human security, and violent conflict](#), PoliticalGeography, vol. 26, nº 6 (Agosto de 2007), pp. 639-55;
- Boulton, C.A., Lenton, T.M. & Boers, N.(2022). [Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s](#). Nat. Clim. Chang, 12, 271-278 .
- Briefing Departamental, Meta (2022). <https://reliefweb.int/report/colombia/briefing-departamental-meta-enero-junio-de-2022>.
- CIFOR; CGIAR (2015). [Gender and Climate Change: Evidence and experience](#).
- Global Witness. (2023). [Standing firm: The land and environmental defenders on the frontlines of the climate crisis](#).
- Glazerbrook, T. and E. Opoku (2018). [Defending the defenders: Environmental protectors, climate change and human rights](#). Ética e o meio ambiente (Edição especial em homenagem a Victoria Davion, ed. Piers Stephens), 23 (2):83-110.
- Glazerbrook, T. (2011). [Women and climate change: a case study from northeast Ghana](#). Hypatia, vol. 26, nº 4, Responsibility and Identity in Global Justice , pp. 762-782.
- IAT-AC Instituto Amazónico de Pesquisas Científicas SINCHI (2022). [Atlas de conflitos socioambientais da Amazônia colombiana](#). Parque Nacional Natural Tinigua: população e superposição de territorialidades.
- Instituto Igarapé e Insight Crime (2021). [As raízes do crime ambiental na Amazônia colombiana](#).
- Corte Interamericana de Direitos Humanos. (2005). [Case of the "Mapiripán Massacre v. Colombia](#), Julgamento de 15 de setembro de 2005 (Méritos, Reparações e Custos).
- International Crisis Group. (2023). [Crimes against the Climate: Violence and Deforestation in the Amazon](#).
- Kajiser, A. and Kronsell, A. (2014). [Climate change through the lens of intersectionality," Environmental Politics](#), vol. 23, nº 3, pp. 417-33.
- Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina (2022). [MAAP#164: Amazon tipping point - Where are we?](#)
- Oxfam (2019). [Women Defenders of agricultural, territorial, and environmental rights in Colombia. Risking their lives for peace](#).

Parkin Daniels, J. (2018). [Colombia: six killed at site of notorious 1990s massacre as violence returns](#). *The Guardian*, 18 de dezembro de 2018.

The New York Times. (1997). [30 Are Report Slain in Colombia Village](#). 22 de julho de 1997

UNEP, UN-Women, DPPA, UNDP (2020). [Gender, Climate and Security: sustaining inclusive peace on the frontlines of climate change](#).

UNEP, UN Women, PBSO, UNDP (2013). [Women and Natural Resources: Unlocking the Peacebuilding Potential](#). Nova York, Programa ambiental das Nações Unidas.

Notas de fim

- 1 Global Witness (2023). [Standing firm](#), 13 de setembro de 2023.
- 2 Boulton, C.A., Lenton, T.M. & Boers, N. (2022). "Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s". *Nat. Clim. Chang*, 12, 271-278.
- 3 UNEP; UN-Women, DPPA, UNDP (2020). [Gender, Climate and Security: sustaining inclusive peace on the frontlines of climate change](#).
- 4 IAT-AC Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas SINCHI (2022). [Atlas de conflitos socioambientais da Amazônia colombiana](#). Parque Nacional Natural Tinigua povoamento e superposição de territorialidades.
- 5 Convenção de Diversidade Biológica. Colômbia - [Country Profile. Biodiversity Facts](#).
- 6 *Mongabay* (2022). [Un posconflicto marcado por la deforestación: el panorama de los bosques amenazados en Colombia](#).
- 7 Instituto Igarapé e Insight Crime (2021). [As raízes do crime ambiental na Amazônia colombiana](#).
- 8 *Ibid*.
- 9 El Conflicto Armado en Cifras - [Centro de Memoria Histórica](#).
- 10 Áreas adjacentes de outros departamentos na região relatam um impacto menor, com 1532 e 540 eventos de conflito em municípios amazônicos de Nariño e Cauca, respectivamente.
- 11 Essas zonas foram estabelecidas na Colômbia como parte dos acordos de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) para facilitar o desarmamento e a reintegração dos combatentes das FARC na vida civil..
- 12 SIAT-AC Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas SINCHI (2022). Atlas de conflitos socioambientais da Amazônia colombiana. [Minería de cobre y otros minerales en la cuenca alta del río Mocoa](#).
- 13 SIAT-AC Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas SINCHI (2022). Atlas de conflitos socioambientais da Amazônia colombiana. [Contaminación de agua por petróleo y glifosato en el corredor Puerto Vega-Tetevé, Putumayo](#).
- 14 *El Espectador* (2021). [Comunidades del Macizo Colombiano le dicen No a la extracción minera](#).
- 15 *El Espectador* (2023) [En cifras: el conflicto armado en Putumayo continúa tras firma del Acuerdo de Paz](#).
- 16 Plataforma [Colombia en mapas](#).
- 17 [Violência política contra mulheres](#). The Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED).
- 18 Somos Defensores, [relatório anuais](#).
- 19 [El conflicto armado en Cifras - Centro de Memoria Histórica](#).
- 20 SIAT-AC Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas SINCHI (2022). Atlas de conflitos socioambientais da Amazônia colombiana. [Ocupación y usos indebidos de la tierra en el resguardo indígena Yaguara II](#).
- 21 IAT-AC Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas SINCHI (2022). Atlas de conflitos socioambientais da Amazônia colombiana. [Conflictos por ocupación del territorio en el Resguardo Indígena Nukak](#).
- 22 Plataforma [Colombia en mapas](#).
- 23 [El Conflicto Armado en Cifras - Centro de Memoria Histórica](#).
- 24 *Rádio Nacional da Colômbia* (2023). [Deforestación en el Meta se redujo un 86% en primer trimestre de 2023](#).
- 25 IDEAM (2022). [Boletín de Detección Temprana de Deforestación -DTD Primer Trimestre 2022](#).
- 26 La Paz en el Terreno. [223 líderes asesinados documentados desde la firma del Acuerdo](#).
- 27 *El Espectador* (2010). [Hallan muerta a defensora de derechos humanos en el Meta](#).
- 28 [El Conflicto Armado en Cifras - Centro de Memoria Histórica](#).
- 29 [Comissão da Verdade](#).
- 30 SIAT-AC Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas SINCHI (2023). Atlas de conflitos socioambientais da Amazônia colombiana. [Tipologías de los Conflictos Socioambientales de la Amazonia colombiana](#)
- 31 Plataforma [Colombia en Mapas](#).
- 32 Armed Conflict Location and Event Data Project (ACLED). [Base de dados sobre atos de violência política](#).
- 33 Plataforma [Colombia en Mapas](#).
- 34 SIAT-AC Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas SINCHI (2023). Atlas de conflitos socioambientais da Amazônia colombiana. [Tipologías de los Conflictos Socioambientales de la Amazonia colombiana](#).
- 35 SIAT-AC Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas SINCHI (2022). Atlas de conflitos socioambientais da Amazônia colombiana. [Conflictos asociados à execução de projetos REDD+ em Gran Resguardo del Vaupés](#).
- 36 International Crisis Group (2023). [Crimes against the Climate: Violence and Deforestation in the Amazon](#).
- 37 [Global Witness](#) (2023).

Autoras

Renata Avelar Giannini

Pesquisadora

Katherine Aguirre

Pesquisadora

Caitlin Wiley

Pesquisadora

Projeto gráfico

Raphael Durão

Coordenador criativo

André Gutierrez

Estagiário de Design

Revisão de conteúdo

Melina Risso

Diretora de pesquisa

Defensoras

María de los Ángeles Navarro Holguín

Zulma Yulier Ulcue Camayo

Edição

Debora Chaves

Editora



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Saiba mais sobre o programa de segurança climática do Instituto Igarapé em: igarape.org.br/temas/seguranca-climatica

Apoio:



Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

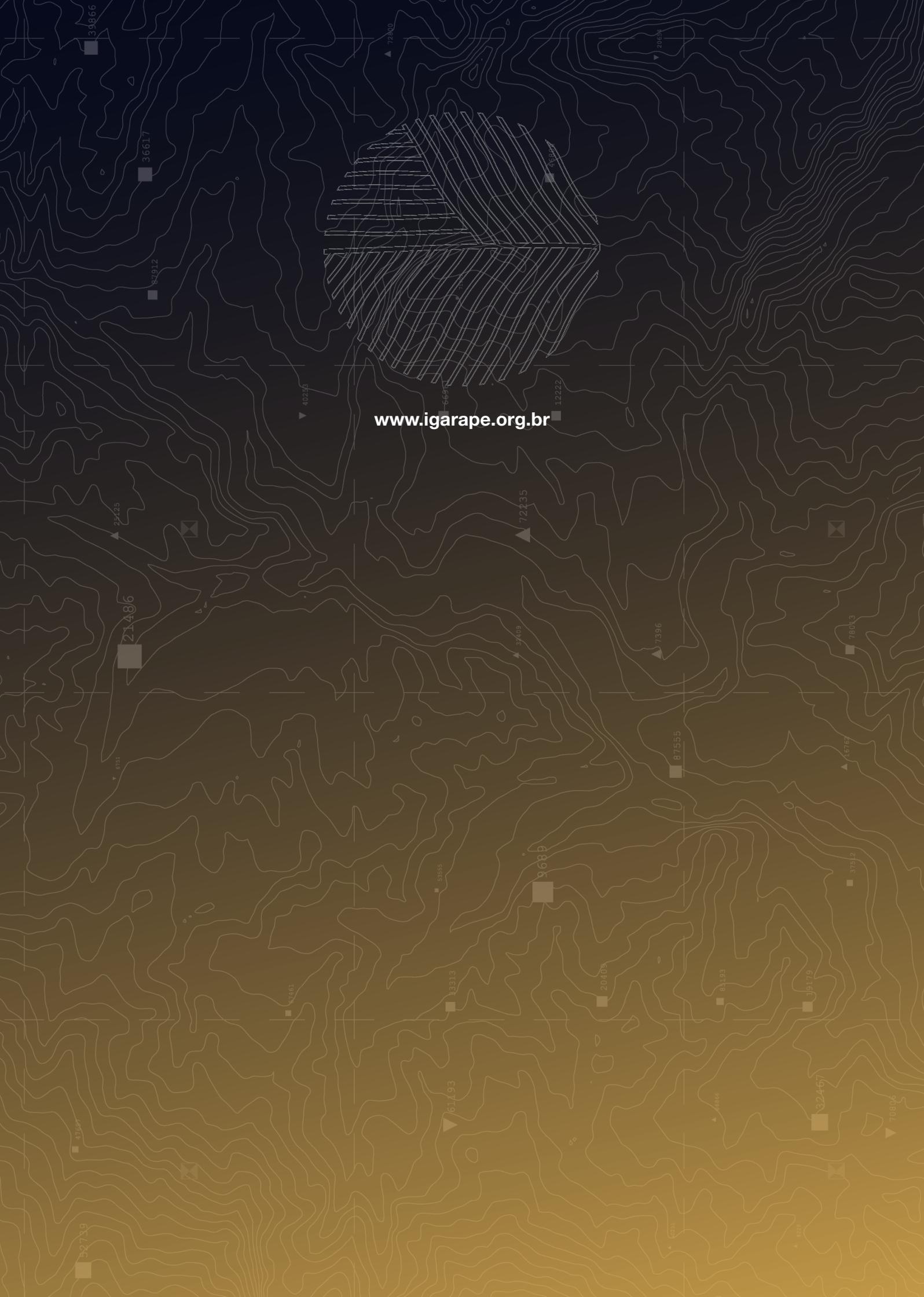
press@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

instagram.com/igarape_org

www.igarape.org.br



www.igarape.org.br